

## Idade Média



Numa primeira fase, após a *divisio regnorum*, o *dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus*, foi habilmente resolvido com a doutrina dos dois gládios do papa Gelásio I (491-496), quando se considerou que o papa apenas tinha a *autoridade* do *gládio espiritual* (*auctoritas sacrata pontificum*), enquanto *poder* dos reis (*regalis potestas*) era entendido como *gládio temporal*, *as duas coisas ... por que principalmente se rege este mundo*.

Esta primitiva posição eclesiástica, de afastamento face ao mundo do poder, vai ser modificada alguns séculos depois, com as restaurações imperiais de Carlos Magno e de Otão o Grande.

A primeira alteração à doutrina dos dois gládios ocorreu no Natal do ano 800, quando, com a coroação de Carlos Magno, o papado tentou *ressuscitar um fantasma*, conforme a expressão de Ferdinand Lot, numa atitude mais simbólica do que real, dado que tal gesto não só foi impotente para reproduzir o Império Romano, como também não conseguiu *o Estado na Igreja* nem *a Igreja no Estado*, apesar do *Império* passar a assumir-se como o *Império Cristão*. Com efeito, no Natal do ano 800, em Roma, o Papa Leão III elevou rei dos francos, Carlos Magno (768-814) à categoria de *imperador dos romanos*, uma experiência que, apesar de apenas durar cerca de quarenta anos, até ao Tratado de Verdun de 843, quando os netos do primeiro imperador o dividiram, deixou o rasto daquilo que Robert Lafont qualifica como o *Império do Meio*, *a soma do Sul e do Norte*, congregando a parcela ocidental do Império Romano, principalmente aquilo que é hoje o território da França, da Alemanha e da Itália.

Mas o Império carolíngio era mais um *ideal moral* do que um *regime*, significando, nas palavras de J. Calmette, *a unidade do Ocidente sob um chefe que exerce a plenitude do poder temporal no interesse da república cristã. Uma dupla designação divina paira sobre os "fideles". O mesmo termo designa os súbditos do Estado e os da Igreja: o papa e o imperador estão no cume da hierarquia que preside aos destinos dos corpos e das almas. Assim se precisa o conceito medieval: as relações do Império e do papado condicionam doravante o equilíbrio do sistema*.

Assim, logo em 806, em Thionville, Carlos Magno vem estabelecer o *governo confraternal*, repartindo os seus domínios pelos três filhos, uma partilha que logo rectificou em 813, quando proclamou o filho Luís, o Piedoso, como seu sucessor.

Depois, no Tratado de Verdun de 843, se, para Luís-o-Germânico ficam as províncias a Leste do Reno, a *Francia Orientalis*, e para Carlos o Calvo, a *Francia Occidentalis*, com a *Marca de Hispania*, eis que a fatia central do Império vai caber a Lotário, a quem também passa a ser reconhecida a dignidade imperial.

Apesar de continuar a utilizar-se a expressão *governo confraternal*, eis que a unidade do *Império Cristão* está definitivamente abalada.

A faixa central, a que se deu o nome de *Lotaríngia* e que, mais tarde, há-de constituir o eixo da casa da Borgonha, vai acabar, um quarto século depois, por ser dividida em lotes, que são atribuídos a Luís-o-Germânico e a Carlos-o Calvo e este último, em 875, ainda chega a receber do Papa a dignidade honorífica de imperador.

A segunda tentativa de restauração imperial, com Otão I, o Grande, em 962, vai deixar mais raízes, lançando uma entidade que, a partir do século XV, passará a designar-se como Sacro Império Romano-Germânico (*Sacrum Romanum Imperium Nationis Germanicae*, em latim, e *Heiliges römisches Reich deutscher Nation*, em alemão), e que formalmente durará até 1806.

Otão I, duque da Francónia, filho de Henrique I, duque da Saxónia, começou por colocar vários parentes à frente dos ducados da Suábia, da Lorena e da Baviera, bem como nos arcebispados de Colónia e de Mogúncia. Em seguida, depois de submeter os eslavos do Elba, voltou-se sobre a Itália, onde chega a ser coroado rei dos Lombardos em 952. Mas é só depois de ter detido uma invasão dos húngaros, em 955, e de pacificar a Itália que obteve do papa João XII a coroa imperial.

Surgia assim um novo espaço imperial, um *Império do Meio*, mais alargado, para o oriente que o de Carlos Magno, mas sem incluir a Gália, as Espanhas e o sul de Itália, um espaço já ligado aos reis da Boémia, da Polónia, da Dinamarca, da Hungria e da Bulgária.

Com efeito, nos séculos IX e X, ocorreu uma vaga de conversões ao cristianismo de vários povos do norte e do leste da Europa: em 884, a Morávia; em 894, a Bulgária; em 895, a Boémia; em 965, a Polónia; em 974, a Dinamarca; em 986, Kiev, berço daquilo que virá a ser a Rússia; em 944, a Suécia; em 945, a Noruega; em 996, a Hungria.

Refira-se que esta nova entidade começou por ser conhecida simplesmente por *Império Romano*. Só no século XII é que passa a *Sacro Império* para, no século XIII, já se intitular *Sacro Império Romano*.

Se, com Otão I, começou por ser uma reunião de principados alemães da Saxónia, Francónia, Suábia e Baviera, com influência no norte e centro de Itália que se distinguiam da *Francia Occidentalis*., já com Otão III (983-1002) estabelece a capital em Roma, passando a sonhar com a *renovatio imperii Romanorum*.

A partir de 1024, com a dinastia sálica, o império passa a dividir-se, sobretudo em virtude do poderio dos senhorios eclesiásticos. Emerge, então, a luta entre o *Sacerdotium* e o *Imperium* que, com a dinastia dos Hohenstaufen (1138-1254), se volve no conflito entre os *guelfos* e os *guibelinos*, quando esta dinastia procura evitar a instauração de uma unidade política autónoma no norte de Itália, que afastaria a Alemanha do Mediterrâneo.

Com o imperador Carlos IV, da família Luxemburgo, surge a *Bula de Ouro* de 1356, que transforma o imperador numa espécie de presidente honorário de uma república aristocrática, donde o poder lhe vem, menos da coroação pelo papa, do que pela eleição dos principados. Por esta constituição fundamental regulava-se a eleição do Imperador, cabendo a mesma a um colégio de sete eleitores (*Kurfürsten*), três príncipes eclesiásticos – arcebispos de Colónia, Mogúncia e Trêves – e quatro príncipes laicos – o rei da Boémia, o conde palatino do Reno, o duque da Saxónia e o marquês do Brandeburgo.

Entretanto, a partir do século XI, surge um conflito entre o *Imperium* e o papado, o *Sacerdotium*, quando o papado passa a reclamar poderes temporais, em nome da subordinação da ordem terrena à ordem divina. Passa então a defender-se uma monarquia papal universal,

invocando-se inclusive uma apócrifa *Doação de Constantino*, segundo a qual este Imperador havia cedido ao Papa a metade ocidental do Império.

Este conflito vai prolongar-se pelos séculos XII, XIII e XIV, primeiro, entre o Papa e o Imperador, principalmente quando, com os Hohenstaufen, primeiro, se dá a divisão entre os *guelfos* e os *guibelinos*, e depois, entre o próprio papa e os vários reis.

Com Gregório VII (1076-1081), os dois gládios são hierarquizados, dado que o do papa é considerado como equivalente ao *sol* e o das autoridades temporais, à *lua*, que recebe a luz do sol, numa relação também equiparada ao dualismo alma/corpo e à imagem ouro/chumbo.

Com Gregório VIII (1073-1085), surge a querela com o imperador Henrique IV, quando o papa declara o cargo de Imperador como mera investidura feudal eclesiástica, negando a este o poder de dar investidura aos bispos, uma contenda que passou pelo célebre episódio de Canossa, em 1075.

Com o papa Alexandre III (1159-1181), é o confronto com o imperador Frederico I, *Barba Ruiva*, numa altura em que já era marcante o renascimento do direito romano.

Segue-se Inocêncio III (1198-1216), quando o papa se considera o *verdadeiro imperador*, como entidade que situava numa zona onde era *menos que Deus*, mas *mais do que o homem*.

E é no quarto concílio de Latrão de 1215 que esta doutrina atinge o seu apogeu, numa altura em que se extinguiu a própria heresia albigense. Surgem então alguns autores como o Cardeal de Óstia (m. 1271) que em *Suma Aurea*, de 1253, proclama que *a cristandade tem uma só cabeça, o papa* o qual *retém os dois gládios* e está acima do Imperador, como o ouro sobre o chumbo. Como assinala Höffner, passa-se do *sacerdócio régio* de Carlos Magno para o *cesaropapismo*.

Numa primeira fase, o conflito teórico deu-se apenas entre os defensores do poder temporal do papa, os *hierocratas*, que defendiam a superioridade da Igreja sobre os governantes temporais, e os *anti-hierocratas* ou *antiteocratas*, partidários do Imperador, entre os quais se contam autores como João de Paris, Marsílio de Pádua, William de Ockham ou Dante Alighieri.

Contudo, a partir do século XIII, com a emergência dos reinos, a *res publica christiana*, deixou de ser apenas uma *diarquia*, passando a surgir a tricotomia *sacerdotium, imperium, regna*.

Surgem então os autores marcados pelo renascimento do direito romano que, considerando que os reis são imperadores no seu próprio reino, tratam de praticar a *imitatio imperii*.

Mas é também na altura que, com São Tomás de Aquino, se procura uma *media via*, onde a Igreja passa a dispor de uma *auctoritas superlativa* que não absorveria a *potestas civilis*, apenas podendo intervir no poder temporal quando tal fosse necessário para a realização dos seus fins espirituais.

ASTÚRIAS, REINO Primeira *monarquia da reconquista* também dita *asturo-ovetense*, instituída a partir da vitória dos cristãos sobre os árabes em Covadonga, em 722, com Pelágio I (718-737); a partir de Afonso II (791-842) a capital passou para Oviedo e com Garcia I (910-914), para Léon; no começo do século XI transformou-se em *reino de Leão*; desde 1388 que o título de *Príncipe das Astúrias* é dado ao herdeiro do trono de Castela e, depois, de Espanha CAROLÍNGIO, IMPÉRIO. O Império de Carlos Magno (768-814), com a capital em Aix-la-Chapelle abrangia os territórios das actuais Bélgica, Holanda, França, Alemanha ocidental, Áustria, norte de Itália e nordeste de Espanha; depois da morte de Carlos Magno, pelo tratado de Verdun (843), o império foi repartido entre os respectivos netos: Carlos o Calvo, ficou com

a *Gália* a oeste do Mosa e do Ródano, Luís, com a *Germania* e Lotário, com aquilo que se designará *Lotaríngia*, parte da Itália e da Gália, entre o Mosa e o Ródano, a oeste, e o Reno e os Alpes, a Leste

**BIZANTINO, IMPÉRIO** ou **IMPÉRIO ROMANO DO ORIENTE**. Entre 867 e 1057 atingiu o seu apogeu com uma dinastia macedónia, comandada por soldados que empreendem uma série de lutas vitoriosas contra os árabes, reconquistando várias posições no Médio Oriente e em Itália; derrota a Grande Bulgária em 1014; alia-se com os russos; em 1054 deu-se a ruptura definitiva entre Roma e Constantinopla; no fim da dinastia, sucessivas revoltas de búlgaros e sérvios e ataques dos normandos Às posições italianas

**BULGÁRIA** Simeão (893-927) constituiu um império, a *Grande Bulgária*, que abrangia a Sérvia, a Bósnia e o litoral do Egeu; no século X entra em declínio, sendo sucessivamente ocupada por russos e bizantinos; no início do século XIII, é reconstituída a Grande Bulgária. Integrada no Império otomano desde 1396 até ao século XIX

**CÓRDOVA, CALIFADO DE** Em 929, o emirado de Córdoba, fundado em 756, desligou-se de Bagdad, tornando-se uma unidade independente que entrou em decadência no princípio do século XI, quando se fragmentou numa série de principados independentes, as *taifas*

**GALIZA** (em castelhano *Galicia*). Foi um condado que em 1065 se transformou num reino até 1073, quando se integrou no reino de Leão; região autónoma de Espanha desde 1980.



**SACRO IMPÉRIO ROMANO-GERMÂNICO** (*Sacrum Romanum Imperium Nationis Germanicae / Heiliges römisches Reich deutscher Nation*). Fundado por Otão I, o Grande, em 962, apenas vem a ser formalmente dissolvido em 6 de Outubro de 1806; a designação dat do século XV, dado que anteriormente foi sendo conhecido por *Império Romano* (1034), *Sacro Império* (1157) e *Sacro Império Romano* (1254). Começou por ser uma reunião de principados alemães da Saxónia, Francónia, Suábia e Baviera, com influência no norte e centro de Itália que se distinguiam da *francie occidentale*; Otão III (983-1002) estabeleceu a capital em Roma e sonhou com a *renovatio imperii Romanorum*; a partir de 1024, acede ao império a dinastia sálica e império passa a dividir-se, sobretudo em virtude do poderio dos senhorios eclesiásticos; emerge a luta entre o *sacerdotium* e o *imperium* que, com a dinastia dos Hohenstaufen (1138-1254) se volve no conflito entre os guelfos e os guibelinos; a política dos Hohenstaufen visou sobretudo evitar a instauração de uma unidade política autónoma no norte de Itália que afastaria a Alemanha do Mediterrâneo; .

**FRANÇA** Em 987 Hugo o Capeto foi eleito rei de França, até então mero ducado; o rei governava um *domaine royale* que não abrangia o resto do reino repartido pelo conde de Champagne, pelo conde da Flandres, pelo duque da Normandia, pelo duque da Bretanha, pelo

duque da Borgonha e pelo duque da Aquitânia, para além de muitos outros senhores laicos e eclesiásticos.

FRANCÓNIA (*Franken* ou *Frankenland*). Região histórica do sul da Alemanha, repartida actualmente entre a Baviera, o Baden-Vurtenberga e o Hesse; a respectiva dinastia governou o império entre 1024 e 1125

FRANÇA Em 1066 o duque da Normandia, Guilherme o Conquistador, passou a governar a Inglaterra. O rei Filipe Augusto conquistou a Normandia, transformando-a em domínio real, com o mesmo estatuto do ducado de França. Foi também este rei que enfrentou em Bouvines, em 1214, um exército conjunto do Imperador Otão, aliado ao rei inglês e ao duque da Flandres, Ferrand, feito prisioneiro no recontro. O filho deste rei de França, Luís VIII, integra no domínio real Beaucaire e Cracassona. Com Luís IX (1226-1270) consolida-se a unidade. Com a guerra dos Cem Anos, fica enfranquecida a Borgonha

HAINAUT (*Henegouwen*). Condado que no século XI se uniu à Flandres e, depois, à Borgonha. Depois dos tratados dos Pirinéus de 1659 e de Nimega de 1678, a parte sul passou para a França, com a cidade de Valenciennes; o restante território continuou nos Países Baixos, passando a província belga em 1830

MOREIA (*Morias*). Nome dado ao Peloponeso da Idade Média até ao século XIX; aí se constituiu o *principado latino da Moreia*, fundado em 1205 pelos cruzados e dominado depois pelo rei de Nápoles, desde 1267, e pelo rei de Navarra, desde 1396; reconquistado pelos bizantinos e tomado pelos otomanos, apesar de persistirem alguns estabelecimentos venezianos

SICÍLIA. A ilha da Sicília foi ocupada pelos bizantinos, até ao século XIX, e pelos árabes, até ao século XI, e pelos normandos (em 1130, Anacleto II obteve do papa o título de rei da Sicília), passa, no século XII para os Hohenstaufen (em 1186, Constança, filha do rei da Sicília, casou com o Imperador Henrique IV, e o filho do casal, que será o Imperador Frederico II, transformou a Sicília na base dos Hohenstaufen); em 1265 chega a vez de se assumir como rei Carlos I de Anjou; em 1282 já integra o reino de Aragão, mantendo-se a casa de Anjou em Nápoles; em 1302, os angevinos reconhecem a separação da Sicília, permanecendo em Nápoles; em 1442 já a coroa de Aragão volta a reinar em Nápoles, mantendo unidas as Duas Sicílias, expressão retirada dos bizantinos que falavam no sul da Itália como *a Sicilia aquém do Estreito*,

SUÍÇA (em alemão *Schweiz*; em italiano *Svizzera*; em francês *Suisse*). Estado Federal actual, com 41 418 km<sup>2</sup> e 6 800 000 de habitantes; segundo a fórmula de Cline, 11. Em 1 de Agosto de 1291 foi constituída uma aliança perpétua de três cantões alpinos, Uri, Schwyz e Unterwalden, recusando a soberania territorial dos Habsburgos; pedem, depois, apoio aos Hohenstaufen; em 1315 vencem Leopoldo de Áustria na batalha de Morgarten e renovam a aliança, tornando-se *companheiros* ligados por um *juramento*. A esse núcleo duro de cantões montanheses, vão agregar-se comunidades urbanas ao longo do século XIV, como Lucerna (1332), Zurique (1351) e Berna (1353), até que em 1389 os Habsburgos reconhecem a independência da confederação, depois de derrotados na batalha de Sempach de 1386; em 1474, nova paz com os Habsburgos, pela qual estes renunciavam a todos os direitos e privilégios sobre os confederados; Paz de Basileia de 1499.